

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E BANCARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: notas para debate

Juliana Nunes Pereira¹

RESUMO

O trabalho criativo teleologicamente orientado foi substituído pelo trabalho explorado, sob a égide do modo de produção capitalista. A questão social tem como fundamento esta relação de exploração do capitalismo sobre o trabalho, sendo as políticas sociais o seu desdobramento, enquanto enfrentamento. As políticas sociais refletem as lutas da classe trabalhadora, mas também as transformações pelas quais passa o capitalismo em seus processos de valorização e crise, e tem como regente o Estado burguês, no contexto do capitalismo concorrencial, no imperialismo clássico ou no capitalismo tardio. A partir da crise capitalista do último século, as políticas sociais foram fortemente retraídas no âmbito do direito e alçadas a esfera do consumo, instituindo uma dualidade, entre aqueles que podem pagar e os que não podem. Para além disso, o capital condicionou aos beneficiários/as destas políticas um amplo processo de bancarização, garantindo assim, ainda maior rentabilidade ao capitalismo financeiro financeirizado. O objetivo deste artigo é refletir sobre as transformações do mundo do trabalho e das políticas sociais, observando o processo da bancarização. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Trabalho; Política Social, Bancarização.

ABSTRACT

Teleologically oriented creative work was replaced by exploited work, under the aegis of the capitalist mode of production. The social issue is based on this relationship of exploitation of capitalism over work, with social policies being its unfolding, as a confrontation. Social policies reflect the struggles of the working class, but also the transformations that capitalism undergoes in its processes of valorization and crisis, and has the bourgeois State as its regent, in the context of competitive capitalism, in classic imperialism or in late capitalism. Since the capitalist crisis of the last century, social policies have been strongly withdrawn from the scope of law and raised to the sphere of consumption, establishing a duality between those who cannot pay and those who cannot. In addition, capital conditioned the beneficiaries of these policies to a broad banking process, thus guaranteeing even greater profitability to financialized financial capitalism. The purpose of this article is to reflect on the changes in the world of work and social policies, observing the process of banking. It is a bibliographical and documental research.

Keywords: Work; Social Policy, Banking.

¹ Universidade de Coimbra; Doutora; julianaaspereira@ces.uc.pt

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A transição do modo de acumulação primitiva - no feudalismo, para o modo de produção capitalista - foi fortemente marcada pela violência. Em O Capital, no capítulo “A chamada acumulação primitiva”, Marx (2013) sistematiza essa transição, expondo como a expulsão dos camponeses das terras comunais e a sua transformação em propriedades socialmente concentradas, alavancou o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico

Segundo Fontes (2018), a forma social do modo de produção capitalista corresponde à amputação das possibilidades humanas. Isso porque a racionalidade capitalista é alicerçada em cálculos econômicos que invisibilizam os valores socialmente inseridos, desvinculam-nos do seres sociais e bloqueiam a historicidade, visando à naturalização da relação capital x trabalho, como se não fosse social e histórica. Nessa esteira, Lukács (2012, p 216) afirma que:

Marx – após ter analisado sistematicamente o mundo do capitalismo em sua necessidade e compactidade econômica rigidamente determinada por leis – expõe num capítulo particular a sua gênese histórica (ontológica) a chamada acumulação primitiva, uma cadeia secular de atos de violência extra-econômicos, somente mediante os quais foi possível a criação das condições históricas que fizeram da força de trabalho aquela mercadoria específica que constitui a base das leis teóricas da economia do capitalismo.

Isso não significa que é a violência que produz a apropriação privada do trabalho, mas sim que é essa apropriação privada do trabalho humano que produz a violência. Com isso, evidencia-se que a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. O propósito é a ocultação da não equivalência entre o uso da força de trabalho e o valor de troca dessa mesma força de trabalho, que se limita à reprodução do/a trabalhador/a. O primeiro corresponde a um pressuposto ontológico do trabalho; e o valor de troca à subordinação dos/as

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalhadores/as à classe dominante, onde aqueles/as reproduzem de maneira ampliada a riqueza do capital (através da massa crescente de trabalho não pago).

O trabalho² submetido à lógica do capital – esse que se configura como categoria ontológica com finalidade de satisfação das necessidades humanas - assume outras determinações sociais e históricas, como o trabalho produtivo, que gera mais-valia e valoriza o capital; o trabalho assalariado; o trabalho estranhado e alienado, submetido à relação capital-trabalho.

As relações sociais no âmbito do modo de produção capitalista se dão no sentido de extrair trabalho excedente, produção coletiva de valor. A principal característica dessa sociabilidade é a compra da força de trabalho, ou seja, o trabalho se torna uma mercadoria (MÉSZÁROS, 2011).

A nova fase do capitalismo é caracterizada por Lênin (2011) pela intensificação da concentração e centralização do capital. Esse contexto configura a transição da era concorrencial para a era do monopólio³, implicando nova configuração da relação capital x trabalho.

O imperialismo⁴ surgiu como desenvolvimento e continuação do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento. Fundamentalmente, do ponto de vista econômico, o que demarca esta nova conformação é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo. O monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior.

² Marx (2013) diferencia trabalho concreto, que cria valores de uso, do trabalho que tomou forma no contexto do capitalismo, aquele que produz mercadorias com valor de troca, ou seja, criador do valor, denominado trabalho abstrato.

³ Quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio (LÊNIN, 2011, p. 12).

⁴ As formulações de Lênin têm por base as transformações ocorridas na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, entre o final do Século XIX e o início do Século XX.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Esse novo processo de acumulação do capital a partir dos monopólios, necessitou de volumes expressivos de dinheiro e os bancos passam ao patamar de parceiros fundamentais do capital produtivo.

Importante destacar que, ao modo de produção capitalista, são inerentes processos contraditórios. As crises capitalistas são expressões da desarmonia entre o processo de produção e de circulação. Em grande medida, isso quer dizer que uma vez que a produção não tem por razão o atendimento das necessidades humanas, mas sim a extração de lucro, não considera os limites do mercado, o que implica em superacumulação e, conseqüentemente, leva a crises, as quais podem ser conjunturais ou estruturais. Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Dessa forma, o capitalismo convive constantemente com a iminência de crises e com sucessivos processos de superação destas. O que significa dizer que as crises exteriorizam as contradições do capital, forçam a sua solução, mas sob nenhuma possibilidade as suprimem. Segundo Mandel (1982), a superação das crises do capital envolve as relações sociais em sua totalidade, incluindo o Estado, o qual é resultado e, também, sujeito das ações de saídas da crise. A burguesia investiu em um processo de *refuncionalização do Estado*, na era dos monopólios, em resposta à crise de superprodução dos anos 1930.

2. CRISE DO CAPITAL E REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESTADO

O Estado passa a ser garantidor das condições gerais da produção, mediando as funções políticas e econômicas diretas (por exemplo, atuando como empresário em setores não rentáveis, subsidiando a manutenção dos monopólios) e indiretas (investindo em infraestrutura, preparando a força de trabalho a ser explorada pelo capital, investindo em pesquisas com foco na ampliação da produção), com o

PROMOÇÃO



APOIO



objetivo de garantir os lucros dos monopólios e o controle da classe trabalhadora (NETTO, 2005).

Assim, o Estado teve de assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve que ajustar certos aspectos para seguir com a trilha da lucratividade segura, e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e noções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2004).

O cenário político do pós-guerra⁵ era pautado por uma forte correlação de forças. De um lado, os Estados Unidos, emergindo como a grande potência mundial, Líderes em tecnologia, produção e aparatos militares. O dólar apoiado em um robusto estoque de ouro, impondo-se como a moeda mais forte do mundo – tornando-se moeda-reserva do mundo pelos acordos de Bretton Woods. A conferência de Bretton Woods, em 1944, teve como objetivo discutir e adotar medidas de cunho político e econômico no pós-guerra – a exemplo da criação do FMI - Fundo Monetário Internacional, a criação do BIRD - Banco Internacional da Reconstrução e do Desenvolvimento, a ONU - Organização das Nações Unidas, a OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e, o estabelecimento de um sistema monetário internacional baseado no dólar, o padrão monetário ouro-dólar, padrão esse que oficializou o dólar como meio de pagamento internacional. De outro, a União Soviética como potência mundial de base “socialista”. Sob esta conjuntura os Estados Unidos assumem a liderança hegemônica em defesa da economia capitalista, tornando-se o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo o globo, nas palavras de Harvey (2004).

O padrão fordista resinificou as relações econômicas, políticas e ideológicas, no pós- guerra⁶, com o propósito de garantir a acumulação capitalista e se

⁵ Considerando a conjuntura de desaceleração da exploração capitalista (sobretudo, na Europa) e as ameaças de uma oposição “socialista”, os Estados Unidos instituíram o Plano Marshall, com o objetivo de restabelecer as economias de base capitalista – sobretudo em países geograficamente essenciais (HARVEY, 2004)

⁶ Segundo Mészáros (2011), no contexto de superação de crises e de necessidade da manutenção da lucratividade do capital, as guerras são endêmicas para o sistema do capital porque ele é estruturado antagonisticamente, desde as menores células construtivas até as estruturas mais abrangentes. A ascensão e a queda do keynesianismo são altamente relevantes nesse contexto. Os pontos principais da teoria de Keynes foram concebidos nos anos 20 e

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estabeleceu, nos países centrais do capitalismo, a partir de uma base técnica, referida à Segunda Revolução Industrial, da articulação entre um regime de acumulação intensivo e de um modo de regulação monopolista representando um modelo de desenvolvimento capitalista que trouxe muita prosperidade, em um período conhecido como a “era de ouro do capitalismo”.

Esse modelo, caracterizado pela padronização das tarefas, grande especialização do trabalho, supervisão hierárquica, produção em série de bens, consumo de massa e adoção de tecnologias estimuladoras de produtividade, proporcionou a redução dos custos unitários de produção. Nesse contexto, o Estado social tinha por função intervir nas necessidades de expansão do capital para arrefecer os efeitos da crise, mas também de atender as demandas das lutas do trabalho.

O fordismo não representou apenas um regime de acumulação capitalista a partir de um específico modo de organização do processo de trabalho, mas também um “estilo de vida, que atravessou os muros das fábricas e invadiu o seio da sociedade, implicando na formação de um novo homem” (GRAMSCI, 1984, p. 382). Segundo Mandel (1978, p. 333-334), a transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo alterou também as funções objetivas desempenhadas pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais:

1. Criar condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
2. Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
3. Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas.
- 4.

início dos 30, sob as condições de uma persistente crise econômica e financeira capitalista. Apesar disso, essas recomendações keynesianas foram completamente ignoradas até o último ano da guerra. Assim, a influência de Keynes só foi sentida nos anos de expansão e acumulação do capital depois da guerra.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em que pese ser o Estado mais antigo que o capital, o Estado Burguês se distingue de todas as outras formas anteriores de dominação de classe por uma particularidade da sociedade burguesa, inerente ao modo de produção capitalista. O surgimento dos monopólios gerou a tendência à superacumulação nas metrópoles e o espraiamento em domínios coloniais por parte das potências imperialistas, o que necessariamente promoveu um crescimento do aparato do Estado, para defender interesses nacionais da burguesia e propiciar fontes de acumulação de mais capital.

O Estado de Bem-Estar Social se configura como um pacto em que os partidos social-democratas abdicaram de fazer a revolução socialista, em troca de um novo pacto social entre trabalho, Estado e capital; diante da ausência de direção política da classe trabalhadora para responder à crise em uma direção anticapitalista, sucumbindo ao pacto proposto pelo capital, sob o discurso da solidariedade entre as classes (BEHRING, 2011).

De acordo com Harvey (2004, p. 81), os Estados social-democratas tipicamente procuram conter a exploração excessiva da força de trabalho e favorecem os interesses de classe do trabalho sem abolir o capital. Dessa forma, o Estado atua como um agente ativo de acumulação do capital e esse tipo de intervencionismo estatal já existe há muito tempo. Assim, “quando o contexto trata de batalhas em torno da hegemonia, do colonialismo e da política imperial, o Estado há muito tempo, e ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global”.

Segundo Antunes (2009), o Estado de Bem-Estar resultou na burocratização das organizações sindicais, no corporativismo, e em uma relação de dependência prática e ideológica do Estado, se configurando assim em um movimento operário funcional à reprodução ampliada do capital, comprometido com o controle do trabalho e a ordem da produção. O Estado, ao ser refuncionalizado, cumpre seu papel no crescimento econômico por intermédio dos gastos públicos e da regulação dos mercados, apoiado em um pacto entre o capital e o trabalho, sendo sujeito ativo na relação com a classe trabalhadora e as novas configurações exercidas no mundo do trabalho, legitimando a intensificação da subsunção do trabalho ao capital.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2.1. O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A particularidade brasileira implica a não generalização do trabalho assalariado e nem a consolidação de um Estado social nos moldes dos países capitalistas centrais, embora a proteção social no país tenha nascido vinculada ao trabalho assalariado.

O Estado de Bem-Estar Social, empreendido nos países centrais, significou a retomada do crescimento durante os “30 anos gloriosos”, pós-segunda guerra. Todavia, o keynesianismo articulado ao fordismo (pleno emprego, seguridade social) sucumbiu às crises inerentes ao capital e, a partir dos anos 1960, o padrão de acumulação e regulação fordista/keynesiano entrou em colapso. As economias dos países capitalistas centrais passaram a apresentar sinais de declínio. O quadro era de um aumento significativo da inflação, com importante redução do crescimento dos mercados consumidores, devido ao esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo, acrescido ao fim da vigência do acordo de *Bretton Woods* – que pôs fim ao padrão ouro –, o que trouxe maior instabilidade aos mercados financeiros e cambiais.

Nesse cenário, o fordismo mergulhou numa crise marcada por uma conjuntura de estagnação, inflação e desemprego. Contudo, é sempre importante destacar que essa conjuntura e suas reais consequências passaram a se manifestar nos países capitalistas dependentes com a defasagem de uma década, no início dos anos 1980. De acordo com Behring (2012),

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior..

No Brasil, assistiu-se a um cenário de desaceleração do crescimento econômico. O país que, no início dos anos 1970, tinha facilidade em captar investimentos sob a forma de empréstimos, chegou ao final da década endividado. Esta situação deveu-se, sobretudo, à majoração das taxas de juros americanas, levando à extenuação do modelo de substituição de importações.

Com a crise do modo de acumulação fordista, instaurou-se um cenário marcado pela diminuição dos lucros e a quebra do pacto social do “pleno emprego” nos países centrais. Então, na tentativa de reverter a queda da taxa de lucro, um conjunto de medidas de natureza neoliberal foram adotadas pelas mais diversas nações do mundo.

O Estado de Bem-Estar Social passa, então, a ser alvo da burguesia na busca de reverter o quadro de estagnação. É nesse contexto de críticas ao Estado de Bem-Estar e ao fordismo, que surge um novo padrão de acumulação, denominado por Harvey (2009, p. 140) de acumulação flexível, havendo por base a “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

As relações de trabalho se dão sob o estatuto de um padrão de acumulação flexível, denominado toyotismo, caracterizado pela recusa da produção em massa, terceirização, produção conduzida alinhada à demanda e estoque mínimo. Esse paradigma está assentado em um tripé que inclui automação, celularização e polivalência, em detrimento de uma visão global da empresa”, implementando um conjunto de tarefas simplificadas, com retração de postos de trabalho, promovendo trabalhadores/as polivalentes, competitivos e “autônomos”, com foco na subordinação do trabalho ao capital, na extração de mais-valia do trabalho.

O aumento exponencial da riqueza acompanha o aumento do “Exército Industrial de Reserva”, com repercussões para a classe trabalhadora para fins de crescimento do capital.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A dinâmica de funcionamento do capitalismo produz de maneira dupla superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva: pela expropriação daqueles cujos meios de existência possam converter-se em capital e pelo desemprego recorrente das grandes quantidades de trabalhadores. O papel dessas massas trabalhadoras desprovidas de emprego também é duplo: elas, contribuem, contra a sua vontade, para reduzir os valores dos salários daqueles que conservam seus empregos, e constituem uma reserva para momentos de expansão do capital e de implementação de novos setores, que abocanham atividades convertidas em formas de exploração dos capitalistas, ou investem em novos ramos de atividades (FONTES, 2018, p. 25).

3. AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS MARCOS DO NEOLIBERALISMO: notas sobre a bancarização

Sob os pilares do neoliberalismo e da atual base tecnológica, a mundialização do capital vem facilitando a autovalorização dos capitais especulativos de curto prazo. Esses, extremamente voláteis, movimentam-se com grande rapidez, de um país para outro, em busca de mercados cada vez mais rentáveis. Do ponto de vista da produção, a lucratividade está associada a fatores vantajosos que cada território venha a apresentar, a exemplo de incentivos fiscais, localização em termos de proximidade dos mercados consumidores, flexibilidade do regimento trabalhista, mão-de-obra barata e reduzidas barreiras protecionistas (CHESNAIS, 1996).

Mediante a crise do capital se faz necessário alguns ajustes com vistas a recomposição das taxas de lucro, e estes se estruturam a partir de uma reestruturação produtiva, através da flexibilização dos processos de produção e relações de trabalho, no que concerne a produção de mercadorias no âmbito da produção e, por outro lado, pela ampliação do setor de serviços e das finanças.

Segundo Netto (2012), a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal se configurou como um tripé utilizado como resposta à crise, sob um novo regime de regulação, que consiste na transição do modelo fordista para a acumulação flexível. Nesse contexto, a mundialização do capital, tendo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como predominância o capital financeiro, trouxe consigo um reordenamento do capital e na reprodução da força de trabalho.

Estas novas relações desdobram-se na política econômica, implicando em como o processo de expansão do capital se realiza. Estamos nesse contexto sob a égide da oligarquia financeira, “que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção” (NETTO, 2012, p. 60).

Segundo Fontes (2018), a propriedade característica do capital tornou-se mais evidente sob o capital-imperialismo e se expressa em massas de capital monetário, que resultam de acumulação capitalista e que precisam urgentemente retornar à extração de valor para vivificar-se. Não se trata, segundo a autora, de um “capital bancário” que devoraria o capital industrial, mas de crescente concentração da propriedade enquanto capacidade de valorizar o valor e resulta não do desaparecimento, mas do impulsionar do capital funcionante pela propriedade do capital, reconvertido em necessidade imperiosa de valorização.

Dessa forma, a propriedade, sob o capital-imperialismo, atua como uma “bomba de sucção” dos mais diversos recursos monetários, buscando maior lucratividade, convertendo-os em extração de mais valor. A utilização enquanto capital de tais recursos foi em parte obra do Estado, que em algum momento direcionou os fundos para a concessão de direitos (contribuindo com o capital) com vistas à reprodução da força de trabalho, no pós-1980, direcionou-os para massa de capital que exigia valorização.

Esse processo tem sérias implicações na organização do trabalho e na reprodução da força de trabalho; ao passo que o fundo público é cooptado, as economias se preocupam na volatilidade e velocidade de expansão do capital, bem como o enraizamento da oligarquia financeira nas atividades produtivas, a totalidade social é impregnada por tal lógica.

No Brasil, as políticas sociais se instituíram a partir de uma coexistência tensa entre a universalidade e a hegemonia neoliberal. Isso significa que a universalização

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e redistribuição são diretamente inversas ao superlucro, o que implicou a instituição de políticas sociais pontuais e compensatórias.

O processo de financeirização das políticas sociais nos marcos do capitalismo imperialista, reflete um processo de refuncionalização do Estado, no contexto da era dos monopólios, que visa a ampliação das taxas de lucro, não apenas através da ampliação da mais-valia no âmbito produtivo, mas também da expropriação do fundo público, este garantido através do trabalho necessário e excedente.

Segundo Soares (2000), o país foi pego na tentativa tardia de estruturação de um Estado de Bem-estar, que mediante os ajustes neoliberais, permeadas pela heteronomia e o conservadorismo crônico do Brasil, instituiu políticas de privatização, desregulamentações orçamentárias, e a responsabilização do terceiro setor e das famílias, a partir de recursos pró-cíclico e regressivo.

Esta financeirização trouxe consigo um fenômeno relevante para a complexa teia de expropriação da classe trabalhadora, a bancarização. A partir dos anos 2000, a promoção de programas de *cidadania financeira*, foram estruturados articulando a inclusão bancária e creditícia de beneficiários/as das políticas sociais (como exercício de cidadania e de direitos) e um amplo sistema de capital financeiro financeirizado, que se fortalece mediante a criação deste perfil de consumidor, através dos mecanismos de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família.

A reconfiguração das políticas sociais experimentada nas últimas décadas tem um papel importante para ampliar o escopo da financeirização, criando maneiras de integrar usuários das políticas ao sistema bancário e creditício sob o argumento da importância da inclusão bancária no exercício da cidadania e da valorização do crédito e dos programas de transferência de renda para garantir o acesso a melhores condições de vida (BRETTAS, 2020, p. 207).

É importante analisar como a financeirização das políticas sociais consolidaram o processo de bancarização da classe trabalhadora, através de um conjunto de medidas, que incluem transferência de renda e as políticas de crédito, nos marcos do neoliberalismo. Para isso, deve-se compreender como a refuncionalização do Estado neste contexto, contribui para a ampliação das taxas de lucro do sistema financeiro, expropriando recursos do fundo público, comprometendo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o fundo de consumo dos/as trabalhadores/as e ampliando a superexploração da força de trabalho no Brasil.

Segundo Brettas (2020), no âmbito das políticas sociais são três os aspectos que precisam ser analisados, a partir da perspectiva do recursos públicos: 1) a política de ajuste fiscal permanente que implica na retirada de direitos combinada, que soma-se ao estímulo à soluções no setor privado; 2) estímulo, via isenções fiscais e alterações na legislação, ao empresariado, que passam a contar com investimentos estrangeiros e abertura de capital na bolsa de valores; 3) ampliação da política de crédito para os que não podem pagar pelos serviços privados, mediante o foco neste perfil de “consumidor”, e fortalecimento de mecanismos de transferência de renda que estimulam a inserção de usuários das políticas sociais no sistema bancário.

4. CONCLUSÃO

As políticas sociais que tiveram suas origens no século XVIII, como resposta do Estado frente as desigualdades relacionadas a exploração da força de trabalho pelo capital, e que foram garantidas, na perspectiva do direito da classe trabalhadora, apenas na primeira metade do século XIX nos países capitalistas centrais, teve diferente percurso no Brasil.

Na particularidade brasileira que integra o sistema capitalista em sua expansão mundial na qualidade de país capitalista dependente, deve-se considerar a sua instituição tardia, focalizada e tutelada pelo Estado.

A sua origem durante o Estado Novo, teve como fundamento a “cidadania regulada” e o assistencialismo. O espraiamento das políticas sociais durante a ditadura tinha como elemento base a busca pela legitimação do regime, sendo esta realizada alterada apenas com a Constituição de 1988. Contudo, o caráter universalista das políticas sociais, previsto na Constituição sofreu duras medidas regressivas com o advento do paradigma neoliberal no Brasil, que instituiu um

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

processo de financeirização e, mediante a ampliação do endividamento público através de financiamento externo.

As transformações do mundo do trabalho, a partir da exploração da força de trabalho pelo capitalismo, que fez emergir a questão social em suas múltiplas expressões, e, enquanto respostas do Estado burguês, as políticas sociais, mediante o conflito capital x trabalho, apresenta no contexto do imperialismo novas configurações.

É neste cenário de crise estrutural do capital e busca pela elevação das taxas de lucratividade que a formulação e implementação das políticas sociais são lançadas diretamente ao capital financeiro financeirizado. A classe trabalhadora, que financia diretamente o fundo público através do trabalho necessário (salários) e do trabalho excedentes (mais-valia), tem os seus parques direitos rapinados, através da adoção de um conjunto de mecanismos regressivos de formulação, implementação e gestão das políticas sociais, mas também, pelo avanço da financeirização dos serviços, que amplia a escala do consumo até a orbita dos mínimos para constitutivos do fundo de vida destes trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. Ricardo; BRAGA, Rui. Infopoletariados. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. R. “Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais”. In: BEHRING, Elaine e ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social**: percursos e dilemas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: _____ et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro : Consequência, 2020.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In **Obras escolhidas**. Vol. II. Lisboa: Editora Estampa, 1984.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2009.

LÉNINE, V. **O Estado e a Revolução**. Lisboa: Edições Avante, 2011.

LUKÁCS, G. A situação atual dos problemas. In: **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. São Paulo: Editora movimento, 1978.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do Capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx** – 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PROMOÇÃO



APOIO

